

Para Simonsen, trata-se de uma decisão normal

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, considerou ontem, no Rio, normal a decisão de vários bancos credores estrangeiros de passar a não contabilizar nas suas contas os juros da dívida externa, cujos pagamentos foram suspensos. "Se o Brasil suspendeu o pagamento de juros seria absurdo os bancos continuarem contabilizando como se estivessem recebendo juros", acrescentou, ao comentar a informação de que três grandes bancos norte-americanos contabilizaram US\$ 4,4 bilhões da dívida brasileira como créditos que não rendem juros.

Essa prática bancária, segundo Simonsen, não pode ser entendida como uma espécie de retaliação dos grandes credores à decretação da moratória pelo Brasil, mas, ao contrário, uma espécie de classificação por **performance**. Simonsen explicou que a suspensão do pagamento faz com que os bancos deixem de contabilizar os juros como receita, razão pela qual "todos eles estão anunciando publicamente o quanto isso custa em termos de redução de seus lucros".

Quanto à informação de que o Citicorp iria contabilizar US\$ 190 milhões como crédito sem rendimento, Simonsen, que integra o conselho administrativo do banco norte-americano, explicou que esse valor só deixará de ser considerado lucro "caso o Brasil não pague nenhum tostão de juros durante todo o ano de 1987".

Quanto à decisão do banco Morgan de renovar seus empréstimos através de progressiva redução de prazos, disse que essas linhas poderão transformar-se em **overnight** (financiamento por um dia). "Isso significa, na realidade, que essas linhas possam ser renovadas todos os dias ou simplesmente não serem renovadas um dia, demonstrando, dessa forma, o custo da decisão da moratória."

O ex-ministro do Planejamento voltou a recomendar a ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI) como a melhor forma de facilitar o relacionamento com a comunidade financeira in-

ternacional. E explicou por que: "Eu acho que talvez um dia o Brasil procure o FMI convencido de que essa é a melhor forma para evitar a recessão econômica. Eu sei que o governo está batendo pé firme contra a idéia, mas pode ser que lá pelas tantas ele se convença do contrário".

Para Simonsen, a aplicação de um programa de ajuste do FMI, semelhante ao que está sendo executado no México, terá, no momento atual, efeito "muito menos recessivo do que a política monetária posta em prática combinada com a moratória". Na sua opinião, a moratória da dívida externa pode ser defendida por vários motivos, mas "adotá-la pensando que vai acelerar o crescimento econômico é uma atitude um pouco exótica, nunca vista em qualquer lugar no mundo".

Com relação ao ajuste interno da economia, Simonsen disse que qualquer projeto do governo terá de passar, obrigatoriamente, pela apreciação do Congresso Nacional. Para o ex-ministro, as autoridades não poderão prescindir, como temas básicos para a reorganização da economia, da implantação de uma nova política fiscal, de um rigoroso controle dos gastos públicos e do fortalecimento do Banco Central, mediante sua independência do Poder Executivo.

PLANO AOS CREDITORES

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, informou ontem, no Rio, que o governo dará prioridade à renegociação da dívida externa, tanto assim que na próxima semana apresentará um plano aos credores. Mesmo assim, disse que no encontro que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, teve com a bancada do PFL, no Senado, o assunto mais exaustivamente debatido foi a questão das "elevadíssimas taxas de juros".

Albano Franco destacou a sinceridade de Funaro ao abordar os principais problemas nacionais e as razões pelas quais alguns dos principais problemas, como taxas de juros, não podem ser tratados com a velocidade esperada pela sociedade brasileira.